



### Lei

#### LEI N.º 42 / 2007

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2008 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO, DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao disposto na legislação pertinente,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estabelece as Diretrizes Orçamentárias do Município de Formosa do Rio Preto para o exercício de 2008, em cumprimento ao disposto no art. 165 § 2º da Constituição Federal combinado com os arts. 62 e 159, § 2º da Constituição Estadual e art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, compreendo:

- I – as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II – a estrutura, organização e diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;
- III – a geração de despesa;
- IV – as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- V – as disposições sobre alterações na legislação tributária e política de arrecadação de receitas;
- VI – as disposições do Regime de Gestão Fiscal Responsável;
- VII – as disposições finais.

#### CAPITULO I

#### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º as prioridades da gestão administrativa para o exercício financeiro de 2008:

- I – desenvolvimento de políticas sociais voltadas para a elevação da qualidade de vida da população do Município, especialmente dos seus segmentos mais carentes, reduzindo as desigualdades e disparidades sociais;
- II – modernização e ampliação da infra-estrutura, identificação da capacidade produtiva do Município, com o objetivo de promover o seu desenvolvimento econômico utilizando parcerias com os segmentos econômicos da comunidade e de outras esferas de governo;
- III – desenvolvimento institucional mediante a modernização, reorganização da estrutura administrativa, valorização do setor público como gestor de bens e serviços essenciais, visando o fortalecimento das instituições públicas municipais;
- IV – desenvolvimento de política ambiental centrada na utilização racional dos recursos naturais regionais, conciliando a eficiência econômica e a conservação do meio ambiente;
- V – desenvolvimento de ações com vistas ao incremento da arrecadação e adoção de medidas de combate à inadimplência, à sonegação e a evasão de receitas;

VI – austeridade na utilização dos recursos públicos e consolidação do equilíbrio fiscal através do controle das despesas, sem prejuízo da prestação dos serviços públicos ao cidadão;

VII – apoio, divulgação, preservação e desenvolvimento do patrimônio histórico, cultural e artístico do Município, incentivando a participação da população nos eventos relacionados à história, cultura e arte;

VIII – promoção do desenvolvimento de políticas voltadas para a formação educacional da criança e do adolescente, investindo, também, em ações de melhoria física das unidades escolares, ampliando-as, modernizando-as e adaptando-as às reais necessidades da população;

IX – ampliação do acesso da população aos serviços básicos de saúde, priorizando as ações que visem a redução da mortalidade infantil e das carências nutricionais;

X – desenvolvimento das ações que possibilitem a melhoria das condições de vida nas aglomerações urbanas críticas, permitindo que seus moradores tenham acesso indiscriminado aos serviços de saneamento, habitação, transporte coletivo e outros.

Art. 3º As metas prioritárias para o exercício financeiro de 2008 são as especificadas no Anexo I que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual de 2008, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

#### CAPITULO II

#### DA ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

#### Seção I

#### Das Disposições Gerais

Art. 4º A Lei Orçamentária Anual obedecerá aos princípios da Unidade, Universalidade e Anualidade, estimando a Receita e fixando a Despesa, sendo estruturada na forma definida na Lei complementar nº 101/2000, nesta Lei e, no que couber, na Lei nº 4.320/1964.

Art. 5º Os recursos do Tesouro Municipal serão alocados para atender, em ordem de prioridade, às seguintes despesas:

- I – pessoal e encargos sociais, observando o limite previsto na Lei Complementar nº 101/2000;
- II – juros, encargos e amortizações da dívida fundada interna e externa em observância às Resoluções nº 40 e 43/2001 do Senado Federal;
- III – contrapartidas previstas em contratos de empréstimos internos e externos ou de convênios ou outros instrumento similares, observados os respectivos cronogramas desembolso;
- IV – outros custeios administrativos e aplicações em despesa de capital.

Parágrafo único. As dotações destinadas às despesas de capital, que não sejam financiadas com recursos originários de contratos ou convênios, somente serão programadas com os recursos oriundos da economia com os gastos de outras despesas correntes, desde que atendidas plenamente as prioridades estabelecidas neste artigo.

Art. 6º Somente serão incluídas na proposta orçamentária dotações financiadas com as operações de crédito mediante lei autorizativa do Poder Legislativo, observadas as vedações e restrições previstas na Lei Complementar 101/2000 e no capítulo VII desta Lei.

Art. 7º Na programação de investimentos da Administração Pública direta e indireta, além do atendimento às metas e prioridades especificadas na forma dos arts. 2º e 3º desta Lei, observar-se-ão as seguintes regras:

I – a destinação de recursos para projetos deverá ser suficiente para a execução integral de uma ou mais unidades ou a conclusão de uma etapa, se sua duração compreender mais de um exercício;

II – será assegurado alocação de contrapartida para projetos que contemplem financiamentos;

III – não poderão ser programados novos projetos que não tenham viabilidade técnica, econômica e financeira.

Art. 8º As receitas diretamente arrecadadas e vinculadas das autarquias, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, serão destinadas, por ordem de prioridade:

I – aos custeios administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais;

II – ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida;

III – a contrapartida de operações de crédito e convênios;

IV – aos investimentos necessários ao atendimento das demandas sociais.

§ 1º A programação das demais despesas de capital, com os recursos referidos no caput deste artigo poderá ser feita quando prevista em contratos e convênios ou, desde que atendidas plenamente as prioridades indicadas, os recursos sejam provenientes da economia com os gastos de outras despesas correntes.

§ 2º A programação da despesa à conta de recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social observará a destinação e os valores constantes do respectivo orçamento.

## Seção II

### Da Estrutura dos Orçamentos Fiscal e

#### Da Seguridade Social

Art. 9º Para fins desta Lei conceituam-se:

I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sobre a forma de bens e serviços;

V – função, o maior nível de agregação das diversas áreas da despesa que competem ao setor público;

VI – subfunção, a partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.

VII – categoria de programação – a identificação da despesa compreendendo sua classificação em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais, categoria econômica e grupo de despesa;

VIII – transposição – o deslocamento de uma categoria de programação de um órgão para outro, pelo total ou saldo;

IX – remanejamento – a mudança de dotações de uma categoria de programação para outra no mesmo órgão;

X – transferência – o deslocamento de recursos da reserva da contingência para a categoria de programação, de uma função de governo para outra, ou de um órgão para outro para atender passivos contingentes;

XI – reserva de contingência – a dotação global sem destinação específica a órgão, unidade orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa, que será utilizada como fonte para atendimento de passivos contingente, outros riscos e eventos fiscais imprevistos;

XII – passivos contingentes – questões pendentes de decisão judicial podem determinar um aumento da dívida pública, se julgadas procedentes ocasionará impacto sobre a política fiscal, a exemplo de ações trabalhistas e tributárias; fianças e avais concedidos por empréstimos; garantias concedidas em operações de crédito, e outros riscos fiscais imprevistos;

XIII – créditos adicionais – as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas que modifiquem o valor original da Lei de Orçamento;

XIV – crédito adicional suplementar – as autorizações de despesas destinadas a reforçar projetos ou atividades existentes na Lei Orçamentária, que modifiquem o valor global dos mesmos;

XV – crédito adicional especial – as autorizações de despesas, mediante lei específica, destinadas à criação de novos projetos ou atividades não contemplados na Lei Orçamentária;

XVI – crédito adicional extraordinário – as autorizações de despesas, mediante decreto do Poder Executivo ou posterior comunicação do Legislativo, destinadas a atender necessidades imprevisíveis e urgentes em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública;

XVII – unidade orçamentária – consiste em cada um dos Órgão, Secretarias, Entidades, Unidades ou Fundos da Administração Pública Municipal, direta ou indireta, para qual a Lei Orçamentária consiga dotações orçamentárias especiais;

XVIII – Unidade Gestora – Unidade Orçamentária ou Administrativa investida de competência e poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou decorrentes de descentralização;

XIX – órgão – Secretaria ou Entidade desse mesmo grau, integrante de estrutura Organizacional Administrativa do Município, aos quais estão vinculadas as respectivas Unidades Orçamentárias;

XX – Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) – instrumento que detalha, operacionalmente, os projetos e atividades constantes da Lei Orçamentária Anual, especificando a Categoria Econômica, o Grupo de Despesa e o Elemento de Despesa constituindo-se em instrumento de execução orçamentária e gerência;

XXI – alteração do Detalhamento da Despesa – a inclusão ou reforço de dotações de elementos, dentro do mesmo projeto, atividade, categoria econômica e grupo de despesa.

Art. 10. O orçamento fiscal compreenderá a receita e a programação da despesa dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos da administração direta, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

§ 1º A totalidade das receitas e despesas de cada autarquia e fundação constará no orçamento fiscal, mesmo que as entidades não tenham qualquer parcela de sua despesa financiada com recursos transferidos do tesouro Municipal.

§ 2º O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos e transferências oriundas de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino conforme dispõem a Constituição Federal no seu art. 212, a Emenda Constitucional nº 14/96 e a Lei nº 9.242/96.

Art. 11. O orçamento da seguridade social abrangerá os recursos e as programações dos órgãos e entidades da administração direta ou indireta do Município, inclusive seus fundos e fundações, que atuem nas áreas de saúde, previdência e assistência social.

§ 1º O Município aplicará, no mínimo, 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º da Constituição Federal, em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto no inciso III do art. 7º da Emenda Constitucional 29/2000.

Art. 12. para efeito da aplicação do art. 77 do ADCT, consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas de custeio e de capital, financiadas pelo município, relacionadas a programas finalísticos e de apoio que atendam, simultaneamente, aos princípios do art. 7º da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, e às seguintes diretrizes:

- I – sejam destinadas às ações e serviços de acesso universal, igualitário e gratuito;
- II – estejam em conformidade com objetivos e metas explicitados nos Planos de Saúde do Município;
- III – sejam responsabilidade específica do setor de saúde, não se confundindo com despesas relacionadas a outras políticas públicas que atuam sobre determinantes sociais e econômicos, ainda que incidentes sobre as condições de saúde.

Parágrafo único. Além de atender aos critérios estabelecidos no artigo 12, as despesas com ações e serviços de saúde, realizadas pelo Município deverão ser financiadas com recursos alocados por meio dos respectivos Fundos de Saúde, nos termos do art. 77, § 3º, do ADCT.

Art. 13. atendidos os princípios e diretrizes operacionais definidas pela Portaria 2047/2002, para a aplicação da Emenda Constitucional nº 29/2000 e para efeito da aplicação do art. 77 do ADCT, consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde as relativas à promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde, incluindo:

- I vigilância epidemiológica e controle de doenças;
- II – vigilância sanitária;
- III vigilância nutricional, controle de deficiências nutricionais, orientação alimentar, e a segurança alimentar promovida no âmbito do SUS;
- IV – educação para a saúde;
- V – saúde do trabalhador;
- VI – assistência à saúde em todos os níveis de complexidade;
- VII – assistência farmacêutica;
- IX – capacitação de recursos humanos do SUS;
- X – pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico em saúde, promovidos por entidades dos SUS;
- XI – produção, aquisição e distribuição de insumos setoriais específicos, tais como medicamentos, imunobiológicos, sangue e hemoderivados, e equipamentos;
- XII – saneamento básico e do meio ambiente, desde que associado diretamente ao controle de vetores, a ações próprias de pequenas comunidades ou em nível domiciliar.
- XIII – serviços de saúde penitenciários, desde que firmado Termo de Cooperação específico entre órgãos de saúde e os órgãos responsáveis pela prestação dos referidos serviços;
- XIV – atenção especial aos portadores de deficiência; e
- XV – ações administrativas realizadas pelos órgãos de saúde no âmbito do SUS e indispensáveis para a execução das ações indicadas nos itens anteriores.

Parágrafo único. Poderão integrar o montante considerado para o cálculo do percentual mínimo constitucionalmente exigido, na forma definida no parágrafo único, II do artigo 7º da Portaria 2047/2002, excepcionalmente, as despesas de juros e amortizações, no exercício em que ocorrem, decorrentes das operações de crédito contratadas a partir de 1º de janeiro de 2000, para financiar ações e serviços públicos de saúde.

Art. 14. em conformidade com princípios e diretrizes mencionados nos arts. 12 e 13 desta Lei, combinado com o disposto no artigo 6º Portaria 2047/2002, não são consideradas como despesas com ações e serviços públicos de saúde, para efeito de aplicação do disposto no art. 77 do ADCT, as relativas a:

- I – pagamento de aposentadorias e pensões;
- II – assistência à saúde que não atenda ao princípio da universalidade (clientela fechada);
- III – merenda escolar;

IV – saneamento básico, mesmo o previsto no XII do art. 13 desta Lei, realizado com recursos provenientes de taxas ou tarifas e do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, ainda que excepcionalmente executado pela Secretaria de Saúde ou por entes a ela vinculados;

V – limpeza urbana e remoção de resíduos sólidos (lixo);

VI – preservação e correção do meio ambiente, realizadas pelos órgãos de meio ambiente dos Entes Federativos e por entidades não-governamentais;

VII – ações de assistência social não vinculadas diretamente à execução das ações e serviços no art. 7º da Portaria 2.047/2002, bem como aquelas não promovidas pelos órgãos de Saúde do SUS;

Art. 15. a proposta orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até 30 de setembro de 2007, será composta, além da mensagem e do respectivo projeto de lei, de:

I – anexos dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

II – informações complementares.

§ 1º Integração a Lei de Orçamento, conforme estabelece o § 1º do art. 2º da Lei nº 4.320/64:

I – sumário geral da receita e da despesa por funções do Governo;

II – quadro demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas, na forma do Anexo 01 da Lei nº 4.320/64;

III – quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

§ 2º Os anexos relativos aos orçamentos fiscal e da seguridade social serão compostos, com dados isolados ou consolidados, pelos seguintes demonstrativos:

I – da programação referente à manutenção e desenvolvimento do ensino, de modo dar cumprimento ao disposto no art. 212 da Constituição Federal;

II – da programação referente à aplicação em ações e serviços públicos de saúde, para dar cumprimento ao estabelecido nos incisos do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da Constituição Federal, inciso III do art. 7º da Emenda Constitucional 29/2000, combinado com as determinações contidas na Portaria 2.047/GM, de 05.11.2002, do Ministro de Estado da Saúde;

III – do quadro da dívida fundada e fluante do Município, com base no Balanço Patrimonial do exercício financeiro de 2007;

IV – demonstrativo da Receita Arrecadada nos Últimos 3 (três) meses exercícios e sua projeção para os 3 (três) subsequentes;

V – demonstrativo da Receita e Despesa segundo o Anexo 02 da Lei nº 4.320/64;

VI – demonstrativo da despesa na forma dos Anexos 6 a 9 da Lei nº 4320/64 – art. 2º, § 2º e suas alterações.

Art. 16. A despesa será detalhada de acordo com o estabelecido na Portaria nº 42/99.

Art. 17. Na fixação das despesas serão observadas prioritariamente os gastos com:

I – pessoal e encargos sociais;

II – serviços da dívida pública municipal;

III – contrapartida de convênios e financiamentos;

§ 1º Os recursos originários do Tesouro Municipal serão, prioritariamente, alocados para atender às despesas com pessoal e encargos sociais, nos limites previstos na Lei Complementar nº 101/2000, e serviços da dívida, somente podendo ser programados para outros custeios administrativos e despesas de capital, após o atendimento integral aludidos gastos.

§ 2º As atividades de manutenção básica terão preferência sobre as atividades que visem a sua expansão.

§ 3º Não poderão ser incluídas despesas a título de Investimentos – Regime de Execução Especial, salvo nos casos previstos em lei específica.

Art. 18. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que atendam diretamente ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde e educação.

§ 1º Os recursos destinados a título de subvenções sociais, somente serão alocados nos órgãos, entidades e fundos, que atuam nas áreas citadas no caput deste artigo.

§ 2º Os repasses de recursos serão efetivados através de convênios, conforme determina o art. 116, da Lei nº 8.666/1993 e a exigência do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 19. A concessão de recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas, conforme determina o art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000, deverá ser autorizada por lei específica, atendidas as condições nela estabelecidas.

Art. 20. A discriminação da receita será efetuada de acordo com o estabelecido na Portaria nº 340/2006 da STN/MF.

Art. 21. A receita municipal será constituída da seguinte forma:

- I – dos tributos de sua competência;
- II – das transferências constitucionais;
- III – das atividades econômicas que, por conveniência; o Município venha a executar;
- IV – dos convênios firmados com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou de outros Municípios ou com Entidades e Instituições Privadas Nacionais e Internacionais, firmados mediante instrumento legal;
- V – das oriundas de serviços executados pela Município;
- VI – da cobrança da dívida ativa;
- VII – das oriundas de empréstimos e financiamentos devidamente autorizados e contratados;
- VIII – dos recursos para o financiamento da Educação, definido pela legislação vigente, em especial Leis nº 9.939/96 e nº 9.424/96;
- IX – dos recursos para o financiamento da Saúde, definido pela legislação vigente, em especial art. 77 da Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da Constituição Federal, Emenda Constitucional 29/2000, combinado com as determinações contidas na Portaria 2.047/GM, de 05.11.2002, do Ministro de Estado da Saúde;
- XI – de outras rendas.

Art. 22. Nos orçamentos fiscal e da seguridade social, a apropriação da despesa far-se-á por categoria de programação conforme conceito estabelecido no art. 9º, inciso VII, desta Lei.

§ 1º Para fins de integração do planejamento e orçamento, será adotada, no âmbito do Município, a classificação por função, sub-função e programa a que se refere à Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministro de Estado do Orçamento e Gestão.

§ 2º Os órgãos da Administração Direta, os Fundos e as Entidades da Administração Indireta, responsáveis direta ou indiretamente pela execução das ações de uma categoria de programação, serão identificados na proposta orçamentária, como unidades orçamentárias.

§ 3º As dotações atribuídas às unidades orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual ou em crédito adicional, poderão ser executadas por unidades gestoras de um mesmo ou de outro órgão da Administração Direta, integrante dos orçamentos fiscal e da seguridade social, mediante a descentralização interna ou externa de crédito, respectivamente.

Art. 23. A Lei Orçamentária estimará a receita e fixará a despesa dentro da realidade, capacidade econômico-financeira e da necessidade do Município.

### Seção III

#### Diretrizes para a Elaboração e Execução dos Orçamentos e suas Alterações

Art. 24. O Poder Legislativo, encaminhará, até o dia 31 de julho de 2007, ao Poder Executivo, a respectiva proposta de orçamento, para efeito de sua consolidação na proposta de orçamento do Município, atendidos os princípios constitucionais e a Lei Orgânica Municipal, estabelecidos a este respeito.

Parágrafo único. Na elaboração de sua proposta, o Poder Legislativo, além da observância do estabelecido nesta Lei, adotará:

- I – o estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 25/2000;
- II – os procedimentos estabelecidos pelo órgão encarregado da elaboração do orçamento.

Art. 25. Os órgãos da administração direta, seus fundos e administração indireta autarquias e fundações, instituídas pelo Poder Público e demais entidades, deverão entregar suas respectivas propostas orçamentárias ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até o dia 31 de julho, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de Lei Orçamentária.

Art. 26. o órgão responsável pelo setor jurídico encaminhará ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até o dia 31 de julho de 2006, a relação dos débitos atualizados e constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2008, conforme determina o art. 100, § 1º da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 30/2000, discriminada por órgão da administração direta, autarquias, fundações e fundos e por grupos de despesa, especificando:

- I – numero e data do ajuizamento da ação ordinária;
- II – numero e tipo do precatório;
- III – tipo da causa julgada;
- IV data da autuação do precatório;
- V – nome do beneficiário;
- VI – valor a ser pago; e,
- VII – data do trânsito em julgado.

§ 1º A inclusão de recursos na Lei Orçamentária será realizada de acordo com os seguintes critérios e prioridades, respeitada a ordem cronológica:

- I – precatórios de natureza alimentícia;
- II – precatórios de natureza não alimentícia, com valor não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), cujo pagamento deverá ser efetuado em parcela única;
- III – precatórios de natureza não alimentícia, com valor superior a R\$ 10.001,00 (dez mil e um reais), cujo pagamento poderá ser efetuado em até 10 (dez) parcelas iguais, anuais e sucessivas;
- IV – precatórios originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época de imissão da posse, cujos valores ultrapassem o limite do inciso II, serão divididos em 02 (duas) parcelas, iguais e sucessivas.

Art. 27. As propostas de modificação do projeto de Lei Orçamentária Anual serão apresentadas:

- I – na forma das disposições constitucionais e no estabelecido na Lei Orgânica do Município;
- II – acompanhadas de exposição de motivos que as justifiquem.

Art. 28. Na apreciação pelo Poder Legislativo o projeto de Lei Orçamentária Anual, as emendas somente poderão ser aprovadas caso:

- I – sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que indiquem sobre:

- a) Dotação para pessoal e seus encargos;
- b) Serviço da dívida.

III – sejam relacionados com:

- a) a correção de erros ou emissões; ou
- b) os dispositivos do texto projeto de Lei.

§ 1º As emendas deverão indicar, como parte da justificativa:

I – no caso de incidirem sobre despesas com investimentos, a viabilidade econômica e técnica do projeto durante a vigência da lei orçamentária;

II – no caso de incidirem sobre despesas com ações de manutenção, a comprovação de não inviabilização operacional da entidade ou órgão cuja despesa é reduzida.

§ 2º A correção de erros ou omissões será justificada circunstancialmente e não implicará a indicação de recursos para aumento de despesas previstas no projeto de Lei Orçamentária.

Art. 29. A criação de novos projetos ou atividades, além dos constantes da proposta e Lei Orçamentária Anual, somente será admitida mediante a redução de dotações alocadas a outros projetos ou atividades, observadas as disposições constitucionais, o estabelecido na Lei Orgânica do Município e nesta Lei.

Art. 30. Para fins do disposto no artigo 28 desta Lei, entende-se por:

Emenda – proposição apresenta como acessória de outra, com existência e tramitação dependente da proposição principal. A emenda é admitida quando pertinente ao assunto versado na proposição principal e quando incidente sobre um só dispositivo, salvo matéria correlata. Conforme sua finalidade, pode ser aditiva, modificativa, substitutiva, aglutinativa ou supressiva;

Emenda aditiva – é a que acrescenta dispositivos, expressões ou palavras à proposição principal;

Emenda modificativa – é a que altera a proposição principal sem modificar substancialmente seu conteúdo. Portanto, modifica apenas parte do dispositivo (ementa, artigo, parágrafo, inciso, alínea ou número) que é objeto da emenda. Denomina-se emenda de redação a modificativa que visa a sanar vício de linguagem, incorreção de técnica legislativa, lapso manifesto ou erro evidente;

Emenda substitutiva – a apresentada como sucedâneo de dispositivo de outra proposição. Portanto, substitui integralmente a ementa, o artigo, o parágrafo, o inciso, a alínea ou número que constitui o objeto da emenda;

Emenda aglutinativa – a que resulta da fusão de emendas entre si ou de uma ou mais emendas com a proposição principal, a fim de formar um novo texto com objetivos aproximados;

Emenda supressiva – é a que objetiva eliminar parte de outra proposição, devendo incidir sobre o texto integral de artigo, parágrafo, inciso, alínea ou número;

Sub-emenda – é a emenda que altera outra emenda, podendo ser supressiva de parte desta, substitutiva ou aditiva;

Projeto substitutivo, ou simplesmente substitutivo – denominação dada à emenda destinada a substituir integralmente a proposição principal.

Art. 31. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2006 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a Transparência da Gestão Fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo-se um amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada etapa do processo orçamentário.

Art. 32. O chefe do Poder Executivo adotará mecanismos para assegurar a participação social na indicação de prioridades na elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2007, bem como no acompanhamento e execução dos projetos contemplados.

Parágrafo único. Os mecanismos previstos no caput deste artigo serão operacionalizados:

I – mediante audiências públicas, com a participação da população geral, de entidades de classes, setores organizados da sociedade civil e organizações não governamentais;

II – pela seleção dos projetos prioritários, por cada área considerada, a serem incorporados na proposta orçamentária do exercício; ou

III – por qualquer outro mecanismo, instrumento ou metodologia que assegure a participação social.

Art. 33. O Poder Executivo poderá enviar a mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de Lei Orçamentária enquanto não iniciada na comissão técnica a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 34. Sancionada e promulgada a Lei Orçamentária, serão aprovados e publicados, para efeito de execução orçamentária, os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDDs relativos aos Programas de Trabalho integrantes da Lei Orçamentária Anual.

§ 1º As atividades e projetos serão detalhados, no Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, por Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Modalidade de Aplicação e Elemento de Despesa;

§ 2º Os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDDs deverão discriminar, os projetos e atividade, consignados à cada Órgão e Unidade Orçamentária, especificando a Categoria Econômica, o Grupo de Natureza de Despesa, a Modalidade de Aplicação e o Elemento Despesa;

§ 3º Os QDDs serão aprovados, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara de Vereadores;

§ 4º Os QDDs poderão ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução orçamentária, respeitados, sempre, os valores dos respectivos Grupos de Natureza da Despesa, estabelecidos na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais regularmente abertos.

Art. 35. Até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo, através de decreto, elaborará programação financeira, visando compatibilizar os gastos com a efetiva arrecadação das receitas e o cronograma de execução mensal de desembolso, conforme estabelecido no art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 36. As propostas de modificação da Lei Orçamentária por créditos adicionais, serão apresentadas na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. Acompanharão as propostas relativas aos créditos adicionais, exposições de motivos circunstanciados que justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos e das operações especiais.

Art. 37. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar 101/00 e arts. 38 e 39 desta Lei.

Art. 38. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II – declaração de ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei, em conformidade com a Lei Complementar 101/00 considera-se:

I – adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizada e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II – compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivo, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa que trata o inciso do art. 38, será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Para os fins do § 3º art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas que não excedam os limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93, atualizada pelas Leis nº 8.883, de 08.06.94, nº 27.05.98 e nº 9.854, de 27.10.99.

§ 4º As normas do caput do art. 38 constituem condição prévia para:

I – empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II – desapropriação de imóveis urbanos e que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição Federal.

Art. 39. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deste artigo deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 38 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no Anexo II desta Lei, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterá as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e desta lei de diretrizes orçamentárias.

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

§ 6º O disposto no § 1º não se aplica as despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso x do art. 37 da Constituição.

§ 7º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

#### CAPITULO IV

#### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 40. Para os efeitos desta Lei, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo Município às entidades de previdência.

Parágrafo único. A despesa total com o pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

Art. 41. Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados público serão contabilizados como 'Outras Despesas de Pessoal'.

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de

terceirização relativos a execução indireta de atividade que, simultaneamente:

I – sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;

II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente.

Art. 42. As dotações orçamentárias destinadas as despesas com pessoal e encargos sociais, em cada Poder, serão estimadas, para o exercício de 2007, com base na folha de pagamento de julho de 2006, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais.

§ 1º A repartição dos limites globais não poderá exceder os seguintes percentuais, conforme estabelece o art. 19, inciso III da Lei Complementar nº 101/2000.

I – 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo;

II – 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

§ 2º Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

I – de indenização por demissão de servidores ou empregados;

II – relativas a incentivos à demissão voluntária;

III – derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição Federal;

IV – decorrentes a decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração.

Art. 43. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos no § 1º do art. 42 desta Lei será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder que houver incorrido no excesso:

I – concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal;

II – criação de cargo, emprego ou função;

III – alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV – provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V- contratação de hora extra.

Art. 44. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão, ultrapassar os limites definidos no art. 42, sem prejuízo das medidas previstas no art. 43 desta Lei, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

§ 1º No caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição Federal, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos.

§ 2º É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.

§ 3º Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:

I – receber transferências voluntárias;

II – obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;

III – contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesa com pessoal.

§ 4º As restrições do § 3º aplicam-se imediatamente se a despesa total com pessoal exceder o limite no primeiro quadrimestre do ultimo ano do mandato dos titulares de Poder.

Art. 45. Fica autorizada a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, desde que observado o disposto no artigo seguinte.

Art. 46. Todo e qualquer ato que provoque aumento da despesa total com pessoal somente será editado e terá validade se:

I – houver previa dotação orçamentária suficiente para atender às despesas com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, nos termos do art. 169, § 1º, inciso I, da Constituição Federal;

II – for comprovado o atendimento do limite de comprometimento da despesa com pessoal estabelecido no art. 42 desta Lei;

III – forem observadas as restrições e limitações contidas na Lei 101/2000, Lei 9.504/1997 e Lei 10.028/2000.

Parágrafo único. O disposto no caput compreende, entre outras:

I – a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração;

II – a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras;

III – a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título.

Art. 47. O projeto da Lei Orçamentária poderá consignar recursos adicionais necessários ao incremento do quadro nas áreas de:

I – educação;

II – saúde;

III – fiscalização fazendária;

IV – assistência à criança e ao adolescente.

#### **CAPITULO V**

### **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA E POLITICA DE ARRECAÇÃO DE RECEITAS**

Art. 48. Em caso de necessidade, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal projeto de lei dispoendo sobre alterações na legislação tributária municipal e incremento da receita, incluindo:

I – adaptação e ajustamento da legislação tributaria às alterações da correspondente legislação Estadual e Federal;

II – revisões e simplificações da legislação tributaria municipal;

III – aperfeiçoamento dos instrumentos de proteção dos créditos tributários;

IV – geração de receita própria pelas entidades da administração indireta;

V – estabelecimento de critérios de compensação de renuncia caso o município conceda incentivos ou benefícios de natureza tributaria.

#### **CAPITULO VI**

### **DAS DISPOSIÇÕES DO REGIME DE GESTÃO FISCAL RESPONSÁVEL**

#### **Seção I**

#### **Das Disposições Gerais**

Art. 49. A gestão fiscal responsável tem por finalidade o alcance de condições de estabilidade e crescimento econômico sustentado do Município objetivando a geração de emprego, de renda e a elevação da qualidade de vida e bem-estar social.

Art. 50. A gestão fiscal responsável das finanças do Município far-se-á mediante a observância de normas quanto:

I – ao endividamento publico;

II – ao aumento dos gastos públicos com as ações governamentais de duração continuada;

III – aos gastos com pessoal e encargos sociais;

IV – à administração e gestão financeira.

Art. 51. São princípios fundamentais para o alcance da finalidade e dos objetivos previstos no art. 49 desta Lei:

I – o equilíbrio entre as aspirações da sociedade por ações do governo municipal e os recursos que esta coloca à disposição do Município, na forma de pagamento de tributos, para atendê-las;

II – a limitação da dívida ao percentual estabelecido no art. 54 desta Lei;

III – a adoção de política tributaria estável e previsível coerente com a realidade econômica e social do Município e da região em que este insere;

IV – a limitação e contenção dos gastos públicos;

V – a administração prudente dos riscos fiscais e, em ocorrendo desvios eventuais, a adoção de medidas corretivas e punitivas a serem definidas por ato do chefe do Poder Executivo;

VI – a transparência fiscal, através do amplo acesso da sociedade às informações sobre as contas públicas, bem como aos procedimentos de arrecadação e aplicação dos recursos públicos.

Art. 52. A fixação de despesa nos orçamentos em cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no Plano Plurianual, priorizadas por esta Lei, guardará relação com os recursos efetivamente disponíveis, particularmente as receitas tributarias, próprias ou transferidas.

Art. 53. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam aos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000 combinado com o disposto nos arts. 37 e 38 desta Lei.

#### **Seção II**

#### **Das Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal**

Art. 54. A Lei Orçamentária garantirá recursos para o pagamento das despesas decorrentes dos débitos financiados e refinanciados, identificados na forma do art. 29 da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 55. O projeto de Lei Orçamentária poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de credito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal, observando as disposições contidas nos arts. 32 a 37 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operações de credito, as dotações em nível de projetos e atividades financiados por estes recursos.

§ 2º O montante global das operações de credito interna e externa, realizadas em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% (dezesesseis por cento) da RCL, conforme determina o art. 7º, I da Resolução nº 43 do Senado Federal.

Art. 56. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20 da Lei Complementar 101/00, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, da mesma Lei, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras providencias previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição.

§ 1º No caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos.

§ 2º É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com a adequação dos vencimentos à nova carga horária.

§ 3º Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:

I – receber transferências voluntárias;

II – obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;

III – contratar operações de credito, ressaltadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliaria e as que visem à redução das despesas com pessoal.

§ 4º As restrições do § 3º aplicam-se imediatamente se a despesa total com pessoal exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato dos titulares do Poder ou órgão referidos no art. 20 da Lei Complementar 101/00.

Art. 57. Se a dívida consolidada do município ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subseqüentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.

§ 1º Enquanto perdurar o excesso, o município:

- I – estará proibido de realizar operação de crédito interna ou externa, inclusive por antecipação de receita, ressalvado o refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária;
- II – obterá resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite, promovendo, entre outras medidas, limitação de empenho, na forma do art. 9º da Lei Estado.

§ 2º Vencido o prazo para retorno da dívida ao limite, e enquanto perdurar o excesso, o município ficará também impedido de receber transferências voluntárias da União ou do Estado.

§ 3º As restrições do § 1º aplicam-se imediatamente se o montante da dívida exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 58. A operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro, estará proibida no último ano de mandato do Prefeito Municipal.

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 59. Os fundos especiais do Município, criados na forma do disposto no artigo 167, inciso IX, da Constituição Federal e disposições contidas na Lei nº 4.320/64, combinado com o previsto na Portaria 2.047/02, Resoluções nº 647/02 e nº 297/96 e Parecer Normativo nº 004/96 do Tribunal de Contas dos Municípios, constituir-se-ão em Unidade Orçamentária, vinculados a um órgão da Administração Municipal.

Art. 60. Caso a Lei Orçamentária Anual não seja aprovada e sancionada até 31 de dezembro de 2006, fica o Poder Executivo autorizado a executar a razão de 1/12 (um doze avos) da proposta orçamentária das seguintes despesas:

- I – pessoal e encargos;
- II – serviços da dívida;
- III – despesas decorrentes da manutenção básica dos serviços municipais e ações prioritárias a serem prestadas a sociedade;
- IV – investimentos em continuação de obras de saúde, educação, saneamento básico e serviços essenciais.
- V – contrapartida de Convênios Especiais.

Parágrafo único. Ficam excluídas da limitação prevista no caput deste artigo, as despesas de convênios e financiamentos que obedeçam a uma execução fixada em instrumento próprio.

Art. 61. Poderá a Lei Orçamentária Anual ser atualizada, durante a sua execução, para adequá-la à conjuntura econômica financeira, com base em índices oficiais.

Art. 62. O Poder Executivo fica autorizado a firmar convênios necessários ao cumprimento da Lei Orçamentária Anual com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, de outros Municípios e entidades privadas, nacionais e internacionais.

Art. 63. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, os Poderes, por ato próprio e nos montantes

necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitarão a emissão de empenho e movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas.

§ 1º A limitação que trata o caput será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento das despesas em “outras despesas correntes”, “investimentos” e “inversões financeiras” de cada Poder.

§ 2º Não estarão sujeitos à limitação de empenho as seguintes despesas:

- I – pessoal e encargos;
- II – serviços da dívida;
- III – decorrentes de financiamentos;
- IV – decorrentes de convênios;
- V – as sujeitas a limites constitucionais como educação, saúde e assistência social.

§ 3º No caso de o Poder Legislativo não promover a limitação prevista no prazo estabelecido no caput, o Poder Executivo fica autorizado a limitar os valores financeiros nos mesmos critérios estabelecidos para o Poder Executivo.

Art. 64. A proposta orçamentária conterá reserva de contingência no orçamento fiscal, em montante Máximo correspondente a até 5% (cinco por cento), calculado sobre o total da Receita Corrente Líquida do Município do exercício de 2007.

Art. 65. A elaboração, aprovação e execução da lei orçamentária deverão levar em conta a obtenção do resultado previsto no Anexo de Metas Fiscais.

Art. 66. Integrarão a presente Lei dos Anexos:

- I – Metas e Ações Administrativas;
- II – Metas Fiscais; e
- III – Riscos Fiscais.

§ 1º Para fins do disposto no art. 4º, § 3º da Lei Complementar 101/2000 e desta Lei, são riscos fiscais os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, constituídos de dívidas cuja existência depende de fatores imprevisíveis, tais como precatórios, na forma definida no Anexo III, Restos a Pagar com prescrição interrompida, débitos não quitados com concessionárias de serviços públicos, despesas classificáveis de acordo com o art. 37 da Lei 4.320/1964 e outros passivos contingentes, riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 2º Os passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais capazes de afetar as contas públicas, previstos no § 1º só poderão ser atendidos através da Reserva de Contingência.

§ 3º Os Anexos previstos neste artigo poderão ser revistos por ocasião da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária, tendo em vista o comportamento das receitas e despesas municipais, e, também, a definição das transferências constitucionais constantes dos projetos orçamentários da União e do Estado da Bahia.

Art. 67. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até o dia 31/12/2008.

Art. 68. Revogam-se as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito de Formosa do Rio Preto,  
em 29 de Junho de 2007.**

**MANOEL AFONSO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO**  
**PRAÇA DA MATRIZ, 22**  
**CENTRO**  
**C.N.P.J.: 13.654.454/0001-28**

**ANEXO - I**

**Lei de Diretrizes Orçamentárias 2008**  
**Metas e Ações Administrativas**

<b>PROGRAMA: 001 – AÇÃO LEGISLATIVA</b>			
<b>OBJETIVO: 001 – Fiscalizar as ações do Poder Executivo, formular e apreciar proposições legislativas</b>			
<b>METAS</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>ADEQUAÇÕES LEGAIS DA LDO</b>	<b>TIPO</b>
Ações	2001 – ADMINISTRAÇÃO DAS AÇÕES LEGISLATIVAS	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Continuado
Ações Modernizadas	1001 – MODERNIZAÇÃO E AUTOMAÇÃO ADMINISTRATIVA	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Temporário

<b>PROGRAMA: 002 – SAUDE PARA TODOS</b>			
<b>OBJETIVO: 002 – Ampliar e melhorar os resultados de prevenção e controle de doenças, reestruturar o sistema municipal de vigilância à saúde. Implementar ações preventivas visando a eliminação de surtos epidemiológicos. Prestar assistência ao município comprovadamente caren.</b>			
<b>METAS</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>ADEQUAÇÕES LEGAIS DA LDO</b>	<b>TIPO</b>
Ações	2020 -> MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAUDE	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Continuado
Ações	2030 -> APOIO ÀS CAMPANHAS DE VACINAÇÃO- FMS	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Continuado
Ações	2021 -> AÇÕES BÁSICAS DE VIGILANCIA SANITARIA- FMS	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Continuado
Ações	2022 -> PROGRAMA DE AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE -FMS	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Continuado
Ações	2023 -> PROGRAMADE SAUDE FAMILIAR – FMS	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Continuado
Ações	2024 -> PROGRAMA DE COMBATE A CARENCIA NUTRICIONAL – FMS	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Continuado
Ações	2025 -> MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA A POPULAÇÃO – FMS	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Continuado
Ações	2026 -> EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS – FMS	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Continuado
Ações	2027 -> PROGRAMA FARMACIA BÁSICA – FMS	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Continuado
Ações	2028 -> MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE – REC. PROPRIO	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Continuado
Ações	2029 -> APOIO AO PROGRAMA DE SAUDE BUCAL – FMS	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Continuado
Posto de Saúde Construído – 01	1020 – CONSTRUÇÃO POSTOS DE SAUDE – MALHADINHA	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Temporário
Posto de Saúde Construído – 01	1019 – CONSTRUÇÃO POSTO DE SAUDE – SÃO MARCELO	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Temporário

<b>PROGRAMA: 003 – FORMOSA CIDADÃ</b>			
<b>OBJETIVO: 003 – Modernizar a administração dotando-a de mecanismo que permitam aumentar a eficiência de suas ações. Incentivar e controlar as ações arrecadoras as incrementando as receitas próprias do mundo.</b>			
<b>METAS</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>ADEQUAÇÕES LEGAIS DA LDO</b>	<b>TIPO</b>
Ações	2002 -> MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Continuado
Ações	2003 -> MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Continuado
Ações	2004 -> ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Continuado
Ações	2005 -> MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Continuado
Equipamentos Adquiridos	1032 -> MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Temporário
Prédios Reformados	1043 -> CONST.AMPL. E REFORMA DE PREDIOS PÚBLICOS	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Temporário
	2006 -> RESERVA DE CONTINGENCIA	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Continuado

<b>PROGRAMA: 004 – EDUCAR, UMA QUESTAO DE TODOS</b>			
<b>OBJETIVO: 004 – Ampliar a oferta do ensino infantil, fundamental para jovens e adultos que tenham interrompido o processo de educação formal. Desenvolver ações implementando atividades culturais e esportivas com a comunidade e entre alunos da rede pública de ensino</b>			
<b>METAS</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>ADEQUAÇÕES LEGAIS DA LDO</b>	<b>TIPO</b>
Ações	2010 -> MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – REC. PROPRIO	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Continuado
Ações	2011 -> MANUTENÇÃO DO ENSINO MEDIO	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Continuado
Ações	2012 -> APOIO AO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Continuado
Alunos Transportados	2042 -> MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR – PNATE	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Continuado
Ações	2013 -> APOIO AO PROGRAMA – SALÁRIO-EDUCAÇÃO	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Continuado
Ações	2014 -> MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL (FUNDEB 60%)	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Continuado
Ações	2015 -> MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTEL (FUNDEB 40%)	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Continuado
Ações	2007 -> MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ – ESCOLAR	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Continuado
Ações	2008 -> APOIO AS ATIVIDADES ESP. RECREATIVAS E CULTURAIS E RELIGIOSAS	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Continuado
Alunos Servidos	2009 -> APOIO AO PROGRAMA - P N A E	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Continuado

<b>PROGRAMA: 004 – EDUCAR, UMA QUESTAO DE TODOS</b>			
<b>OBJETIVO: 004 – Ampliar a oferta do ensino infantil, fundamental para jovens e adultos que tenham interrompido o processo de educação formal. Desenvolver ações implementando atividades culturais e esportivas com a comunidade e entre alunos da rede pública de ensino</b>			
<b>METAS</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>ADEQUAÇÕES LEGAIS DA LDO</b>	<b>TIPO</b>
Escola Construída - 01	1004 -> CONSTRUÇÃO ESCOLA MUNICIPAL - SUCURIU	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Temporário
Escola Concluída - 01	1003 -> CONSTRUÇÃO ESCOLA MUNICIPAL - PERIPERI	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Temporário
Escola Construída - 01	1009 -> CONSTRUÇÃO ESCOLA MUNICIPAL – MUCAMBO GRANDE	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Temporário
Escola Construída - 01	1002 -> CONSTRUÇÃO ESCOLA MUNICIPAL – TABUA / INTAS	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Temporário
Escola Construída - 01	1012 -> CONSTRUÇÃO COLÉGIO MUNICIPAL BAIRRO SANTANA	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Temporário
Quadra Construída - 01	1038 -> CONSTRUÇÃO QUADRA POLIESPORTIVA – SÃO MARCELO	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Temporário
Escola Construída - 01	1006 -> CONSTRUÇÃO/REFORMA ESCOLA N. SRA. APARECIDA	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Temporário

**PROGRAMA: 005 – CONSTRUINDO O FUTURO**

**OBJETIVO:** 005 – Melhoria da qualidade de vida da população desenvolvendo ações conjuntas de infra – estrutura, saneamento, urbanismo e arborização do Município. Implementar ações que possibilite a criação de emprego e renda motivando a permanência no Município.

METAS	AÇÕES	ADEQUAÇÕES LEGAIS DA LDO	TIPO
Produtores Assistidos	2040 ->APOIO AOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Continuado
Ações	2041 -> MANUTENÇÃO DO CONSELHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Continuado
Ações	2032 ->MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE M. AMBIENTE E TURISMO	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Continuado
Ações	2034 ->MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA VAQUEJADA	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Continuado
Ações	2016 ->MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Continuado
Ações	2036 -> MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Continuado
Ações	2017 ->MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE LIMPEZA PÚBLICA	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Continuado
Ações	2037 -> MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Continuado
Ações	2018 ->MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Continuado

Ações	2019 ->MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE INFRA – ESTRUTURA- FIES	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Continuado
Sistema de Água Ampliado	1030 ->AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTOS DE ÁGUA	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Temporário
Sinalização Pública Implantada	1031 -> IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE SINALIZAÇÃO PÚBLICA	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Temporário
Escola Implantada	1041-> INCENTIVO A IMPLANTAÇÃO A ESCOLA AGRÍCOLA	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Temporário
Ações	1042 ->APOIO E INCENTIVO À AGROINDÚSTRIA	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Temporário
Hortas Implantadas	1023 -> IMPLANTAÇÃO DE HORTAS COMUNITÁRIAS	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Temporário
Iluminação Pública Ampliada	1033 -> AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Temporário
Ruas Asfaltadas	1034 -> PAVIMENTAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Temporário

**PROGRAMA: 005 – CONSTRUINDO O FUTURO**

**OBJETIVO:** 005 – Melhoria da qualidade de vida da população desenvolvendo ações conjuntas de infra-estrutura, saneamento, urbanismo e arborização no município. Implementar ações que possibilite a criação de emprego e renda motivando a permanência no Município.

METAS	AÇÕES	ADEQUAÇÕES LEGAIS DA LDO	TIPO
Estradas Vicinais Recuperadas	1035 -> AMP.REC. E MELHORIA DAS ESTRADAS VICINAIS	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Temporário
Aterro Sanitário Implantado	1028 -> IMPLANTAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Temporário
Praças Construídas	1029 -> CONST. AMP. E REF. DE PRAÇAS PARQUES E JARDINS	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Temporário
Obras Executadas	1044 -> OBRAS DE SANEAMENTO GERAL	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Temporário
Centro Abast. Ampliado	1025->AMP. REC. E MELHORIA DO CENTRO DE ABASTECIMENTO	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Temporário
Matadouro Reformado	1042->AMP.REC. E MELHORIA DO MATADOURO MUNICIPAL	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Temporário
Máquinas Adquiridas	1027 ->AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Temporário

**PROGRAMA: 006– DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**OBJETIVO:** 006 – Desenvolver políticas sociais voltadas para a elevação da qualidade de vida da população do Município, especialmente dos segmentos mais carentes e para redução das desigualdades sociais.

METAS	AÇÕES	ADEQUAÇÕES LEGAIS DA LDO	TIPO
Ações	2031 ->MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Continuado
Ações	2033 ->PROGRAMA DE ESTÍMULO A GERAÇÃO DE EMPREGOS NOS DIVERSOS SETORES ECONÔMICOS	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Continuado
Ações	2035 ->MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –FIES	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Continuado
Comércio Apoiado	2038 ->APOIO AO COMÉRCIO LOCAL	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Continuado
Ações	2039 ->MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Continuado
Casas Recuperadas	1026 ->APOIO AO PROGRAMA DE MELHORIAS HABITACIONAIS	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Temporário

**PROGRAMA: 500 – Extraorçamentária**

**OBJETIVO:** 500 – Extraorçamentária

METAS	AÇÕES	ADEQUAÇÕES LEGAIS DA LDO	TIPO
	5000 - Extraorçamentária	Artigo 165, § 2º da Const. Federal	Temporário

**ANEXO IV**  
**(Art. 4º, § 3º, da LC 101/2000)**

**RISCOS FISCAIS**

**PASSIVOS CONTINGENTES, EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS E OUTROS RISCOS**

Mesmo o Município adotando medidas com vistas à implementação de uma política de ajuste fiscal, existem sempre riscos que podem gerar impactos e representar alterações nos indicadores fiscais esperados, afetando, em consequência, as decisões futuras, exigindo cuidadosa análise.

Alterações no cenário econômico nacional previsto podem ter impactos importantes na execução orçamentária, na medida em que influenciam, diretamente, nas projeções de receitas e despesas. Pode-se destacar, nesse contexto, o crescimento real da economia, variável determine para a projeção das contas fiscais, já que grande parte das receitas tributárias dependem da dinâmica da economia.

Os riscos que afetam o cumprimento de determinada meta de resultado primário tem efeito sobre fluxos de receitas e despesas de modo a fazer com que estes sejam diferentes das previsões contidas nas propostas de execução orçamentária, sendo denominados, destarte, riscos orçamentários. No que tange a estes riscos orçamentários, a Lei Complementar 101/2000, no seu art. 9º define que, ao final de um bimestre, caso a realização da receita não comporte o cumprimento das metas de resultados estabelecidos no Anexo de Metas Fiscais, promover-se-á, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira. Este mecanismo legal permite que desvios, em relação a previsões, sejam corrigidos ao longo do ano de forma a não prejudicar o cumprimento das metas de resultado primário. Dessa forma, os riscos orçamentários são compensados por meio da relação e da redução de despesas.

Outros conjuntos de riscos é constituído por passivos contingentes, que por sua natureza, tem maior elasticidade temporal e impacto estrutural nas contas publicas, os quais, em se concretizando ou materializando, alterarão os resultados projetados, provocando um aumento do estoque da dívida, com a conseqüente limitação da capacidade de realização de investimentos e da expansão e aperfeiçoamento da ação governamental.

Os riscos fiscais que, especialmente, podem determinar o aumento do estoque da dívida pública constituem passivo contingente, derivado em sua maioria de demandas judiciais sub judice ou mesmo administrativas, cuja mensuração é imprecisa e de grande complexidade, Vale enfatizar que qualquer mudança significativa na forma de quitação dessas dívidas pode afetar substancialmente as metas previstas.

**PASSIVOS CONTINGENTES**  
**Sentenças Judiciais ( precatórios )**

Débitos com a Previdência que não tiverem negociação parcelamento concluída

Estes passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais capazes de afetar as contas publicas do município previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, só poderão ser atendidos através da Reserva de Contingência, consignada à Lei Orçamentária do exercício de 2008, para este fim.

Lei Complementar nº 101/00 Art. 4º § 3º : A lei de diretrizes orçamentárias atenderá disposto no § 2º do art. 165 da Constituição. § 3º A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as provisões a serem tomados, caso se concretizem.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO - BAHIA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS METAS ANUAIS EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2008									
LRP, art. 4º & 2º, inciso I	EXECUTADO					PREVISTO			R\$
Valores Correntes									
DISCRIMINAÇÃO (HISTÓRICO)	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
>>Receita Total	14.542.184,04	19.569.123,92	19.910.037,53	24.305.549,09	23.200.000,00	26.261.473,23	27.725.990,94	29.300.349,32	
Deduções (Receitas não fiscal)	68.708,79	1.457.198,07	121.907,21	163.370,11	139.688,50	171.538,62	180.115,55	189.121,32	
>>Receita Fiscal	14.473.475,25	18.111.925,85	19.788.130,32	24.142.178,98	23.060.311,50	26.089.934,61	27.545.875,39	29.111.228,00	
>>>Despesa Total	14.876.341,88	19.555.569,88	19.044.494,09	22.812.038,06	23.200.000,00	26.261.473,23	27.725.990,94	29.300.349,32	
Deduções (Despesas não fiscal)	126.135,81	139.733,17	388.055,75	233.272,25	420.000,00	256.599,48	282.259,42	310.485,36	
>>>Despesa Fiscal	14.750.206,07	19.415.836,71	18.656.438,34	22.578.765,81	22.780.000,00	26.004.873,76	27.443.731,52	28.989.863,96	
>>>Resultado Primário	-276.730,82	-1.303.910,86	1.131.691,98	1.563.413,17	280.311,50	85.060,86	102.143,87	121.364,04	
Dívida Consolidada	1.664.585,63	3.198.632,73	5.364.859,68	5.393.635,28	5.633.102,66	5.285.762,57	5.180.047,32	5.076.446,38	
Deduções (Disponibilidades)	516.231,65	557.998,93	1.320.180,47	2.961.691,08	556.603,94	528.773,74	502.335,06	477.218,30	
Dívida Cons. Líquida	1.148.353,98	2.640.633,80	4.044.679,21	2.431.944,20	5.076.498,72	4.756.988,83	4.677.712,27	4.599.228,07	
>>>Resultado Nominal	592.172,11	1.492.279,82	1.404.045,41	-1.612.735,01	2.644.554,52	-319.509,89	-79.276,56	-78.484,19	

  

Resultado Primário					
1o. Bimestre	2o. Bimestre	3o. Bimestre	4o. Bimestre	5o. Bimestre	6o. Bimestre
15.310,95	13.609,74	16.161,56	12.759,13	11.908,52	15.310,95
Até o Bimestre	Até o Bimestre	Até o Bimestre	Até o Bimestre	Até o Bimestre	Até o Bimestre
15.310,95	28.920,69	45.082,25	57.841,38	69.749,90	85.060,86

  

Resultado Nominal					
1o. Bimestre	2o. Bimestre	3o. Bimestre	4o. Bimestre	5o. Bimestre	6o. Bimestre
-57.511,78	-51.121,58	-60.706,88	-47.926,48	-44.731,38	-57.511,78
Até o Bimestre	Até o Bimestre	Até o Bimestre	Até o Bimestre	Até o Bimestre	Até o Bimestre
-57.511,78	-108.633,36	-169.340,24	-217.266,72	-261.998,11	-319.509,89

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO - ESTADO DA BAHIA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

**METAS ANUAIS - L.D.O./ 2 0 0 8**

RECEITAS		ESTIMADA							
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA RECEITA	ANO 2003	ANO 2004	2005	ANO 2006	ANO 2007	ANO 2008	ANO 2009	ANO 2010
<b>10000.00.00</b>	<b>RECEITAS CORRENTES</b>	15.580.002,09	19.405.463,44	21.673.662,57	25.499.238,72	25.802.777,08	27.434.699,30	28.957.878,33	30.593.831,07
<b>1100.00.00</b>	<b>RECEITAS TRIBUTÁRIAS</b>	981.806,72	2.010.303,84	960.505,89	890.079,22	886.869,13	934.583,18	981.312,34	1.030.377,96
<b>1110.00.00</b>	<b>IMPOSTOS</b>	947.478,74	1.964.892,19	930.214,51	876.822,80	870.369,21	920.663,94	966.697,14	1.015.031,99
1112.00.00	Imposto sobre o Patrimônio e a Renda	649.067,91	1.502.277,59	525.719,60	497.197,61	415.049,35	522.057,49	548.160,37	575.568,38
1112.02.00	IPTU	30.471,94	20.959,37	11.241,87	18.585,65	25.000,00	19.514,93	20.490,68	21.515,21
1112.04.31	Cota Parte do IRRF	285.387,86	616.256,85	371.419,40	151.805,31	154.327,84	159.395,58	167.365,35	175.733,62
1112.08.00	ITIV	333.208,11	865.061,37	143.058,33	326.806,65	235.721,51	343.146,98	360.304,33	378.319,55
<b>1113.00.00</b>	<b>Imposto sobre a Prestação de Serviços</b>	298.410,83	462.614,60	404.494,91	379.625,19	455.319,86	398.606,45	418.536,77	439.463,61
1113.05.00	ISS	298.410,83	462.614,60	404.494,91	379.625,19	455.319,86	398.606,45	418.536,77	439.463,61
<b>1120.00.00</b>	<b>Taxas</b>	34.327,98	45.411,65	30.291,38	13.256,42	16.499,92	13.919,24	14.615,20	15.345,96
1121.00.00	Taxas pelo Exercício de Poder de Polícia	15.662,81	18.220,75	18.252,83	11.383,39	13.781,02	11.952,56	12.550,19	13.177,70
1122.00.00	Taxa pela Prestação de Serviços	18.665,17	27.190,90	12.038,55	1.873,03	2.718,90	1.966,68	2.065,02	2.168,27
<b>1300.00.00</b>	<b>RECEITAS PATRIMONIAIS</b>	68.708,79	37.074,53	121.907,21	163.370,11	139.688,50	171.538,62	180.115,55	189.121,32
1310.00.00	Receitas Imobiliárias	3.665,00	-	-	-	-	-	-	-
1320.00.00	Receitas de Valores Mobiliários	65.043,79	37.074,53	121.907,21	163.370,11	139.688,50	171.538,62	180.115,55	189.121,32
1325.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	65.043,79	37.074,53	121.907,21	163.370,11	139.688,50	171.538,62	180.115,55	189.121,32
<b>1600.00.00</b>	<b>RECEITA DE SERVIÇOS</b>	-	-	-	-	470.771,78	494.310,37	494.310,37	519.025,89
<b>1700.00.00</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	14.445.668,81	17.300.654,03	20.503.463,17	24.062.951,04	23.949.076,12	25.432.286,87	26.890.060,79	28.410.792,98
<b>1720.00.00</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS</b>	14.445.668,81	17.278.154,03	20.480.963,17	24.062.603,04	23.849.076,12	25.431.921,47	26.879.677,12	28.410.390,13
<b>1721.00.00</b>	<b>Transferências da União</b>	4.939.382,65	6.113.076,53	7.162.954,85	7.829.021,45	7.902.727,21	8.286.710,29	8.771.257,84	9.284.245,49
1721.01.00	Participação na Receita da União	4.741.317,61	5.530.398,92	6.724.418,19	7.208.933,51	7.191.081,52	7.635.617,96	8.087.610,89	8.566.416,19
1721.01.02	Cota Parte do FPM	4.239.933,31	4.733.435,18	5.671.974,17	6.274.373,66	6.392.608,10	6.650.836,08	7.049.886,24	7.472.879,42
1721.01.03	Restos a Receber da União-Port.447/02	-	304.435,30	369.576,40	349.403,36	450.000,00	370.367,56	392.589,62	416.144,99
1721.01.05	Cota Parte do ITR	270.725,06	492.528,44	370.330,73	227.867,67	67.446,91	239.261,05	251.224,11	263.785,31
1721.09.01	Cota Parte de ICMS EXP.	186.099,62	140.443,68	135.758,64	94.590,58	100.265,99	99.320,11	104.286,11	109.500,42
1721.22.70	Cota Parte do Fundo Especial	44.559,62	50.987,74	63.779,25	80.332,59	80.000,00	84.349,22	88.566,68	92.995,01
1721.09.00	Outras Transferências da União	-	44.517,59	-	-	-	-	-	-
1721.09.02	Fex - Comp. Financ. Esforço Exportador	-	-	62.259,14	126.469,62	40.760,52	132.793,10	139.432,76	146.404,39
1721.09.03	CIDE	-	-	50.739,86	55.896,03	60.000,00	58.690,83	61.625,37	64.706,64
<b>1721.34.00</b>	<b>Transf.Rec.Fundo Nac. Assist. Social -FNAS</b>	198.065,04	22.126,00	32.055,50	182.241,71	92.542,24	191.353,80	200.921,49	210.967,56
<b>1721.35.00</b>	<b>Transferência do FNDE</b>	-	324.602,60	406.481,16	437.846,23	619.103,45	459.738,54	482.725,47	506.861,74
<b>1722.00.00</b>	<b>Transferências dos Estados</b>	7.153.247,36	8.499.299,13	9.851.798,12	12.481.575,38	12.493.633,62	13.205.604,66	13.971.832,43	14.782.728,44
<b>1722.01.00</b>	<b>Participação na Receita dos Estados</b>	6.653.552,86	7.646.590,46	8.629.833,30	11.010.992,07	11.405.890,67	11.661.492,18	12.350.514,33	13.080.344,44
1722.01.01	Cota Parte do ICMS	6.539.356,18	7.029.588,37	7.625.207,57	9.995.050,87	10.334.524,27	10.594.753,92	11.230.439,16	11.904.265,51
1722.01.02	Cota Parte do IPVA	17.195,00	25.057,76	38.863,07	40.514,64	38.951,12	42.540,37	44.667,39	46.900,76
1722.01.04	Cota Parte do IPI	97.001,68	126.776,26	153.928,15	182.605,41	181.081,77	191.735,68	201.322,46	211.388,59
1722.01.05	Cota do FIES	-	434.470,19	811.634,51	792.821,15	851.333,51	832.462,21	874.085,32	917.789,58
1722.01.13	CIDE - Contribuição de Domínio Econômico	-	30.697,88	-	-	-	-	-	-
<b>1722.33.00</b>	<b>TRASF.RECDO ESTADO P/ PROG. SAUDE FUNDO</b>	499.694,50	852.708,67	1.222.164,82	1.470.583,31	1.087.742,95	1.544.112,48	1.621.318,10	1.702.384,00
<b>1724.00.00</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS MULT FUNDEB</b>	2.243.552,22	2.665.778,38	3.466.210,20	3.752.006,21	3.452.715,29	3.939.606,52	4.136.586,85	4.343.416,19
1724.01.00	Transferências Multigovernamentais Fundeb	2.151.499,61	2.600.908,02	3.466.210,20	3.752.006,21	3.452.715,29	3.939.606,52	4.136.586,85	4.343.416,19
1724.02.00	Complementação da União - FUNDEB	92.052,61	64.870,36	-	-	-	-	-	-
<b>1760.00.00</b>	<b>TRANFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	109.486,58	22.500,00	22.500,00	348,00	100.000,00	365,40	383,67	402,85
1761.00.00	Trans. de Conv. da União e suas Entidades	80.714,70	-	-	348,00	50.000,00	365,40	383,67	402,85
1762.00.00	Transf. De Conv. dos Esta., DF e suas Entidades	28.771,88	22.500,00	22.500,00	-	50.000,00	-	-	-
<b>1900.00.00</b>	<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	83.817,77	57.059,03	87.786,30	382.838,35	356.371,55	401.980,27	422.079,28	444.512,92
<b>1910.00.00</b>	<b>MULTAS E JUROS DE MORA</b>	278,60	1.148,87	65,10	4.166,92	4.242,35	4.375,27	4.594,03	4.823,73
1911.01.00	Multas e Juros de Mora	278,60	1.148,87	65,10	4.166,92	4.242,35	4.375,27	4.594,03	4.823,73
<b>1920.00.00</b>	<b>INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES</b>	39.402,48	0,11	30.821,33	113.054,21	238.670,91	118.706,92	124.642,27	132.204,06
1921.00.00	Indenizações	39.402,48	-	30.821,33	-	1.266,36	-	-	1.329,68
1922.99.00	Outras Restituições	-	0,11	-	113.054,21	237.404,55	118.706,92	124.642,27	130.874,38

1930.00.00	<b>RECEITA DA DÍVIDA ATIVA</b>	15.599,89	24.666,26	56.657,53	241.670,27	50.000,00	253.753,78	266.441,47	279.763,55
1931.00.00	Receitas da Dívida Ativa Tributária	13.767,90	15.504,60	56.657,53	240.753,27	45.000,00	252.790,93	265.430,48	278.702,00
1932.00.00	Receita da Dívida Ativa Não Tributária	1.831,99	9.161,66	-	917,00	5.000,00	962,85	1.010,99	1.061,54
1990.00.00	<b>RECEITA DIVERSAS</b>	28.536,80	31.243,79	242,34	23.946,95	63.458,29	25.144,30	26.401,51	27.721,59
1990.00.01	Receitas Diversas	28.536,80	31.243,79	242,34	23.946,95	63.458,29	25.144,30	26.401,51	27.721,59
	<b>TOTAL GERAL</b>	15.580.002,09	19.405.463,44	21.673.662,57	25.499.238,72	25.802.777,08	27.434.699,30	28.957.878,33	30.593.831,07
9000.00.00	<b>DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE</b>	(1.638.042,6)	(1.785.519,50)	(2.113.625,04)	(2.503.861,40)	(2.479.108,54)	(2.629.054,47)	(2.760.507,19)	(2.898.532,55)
9721.01.02	Ded. Cota-parte FPM p/ FUNDEF	(636.145,15)	(710.014,75)	(951.897,36)	(993.565,96)	(958.890,67)	(1.043.244,26)	(1.095.406,47)	(1.150.176,79)
9721.09.01	Ded. Cota-parte ICMS EXP. P FUNDEF	(27.914,90)	(21.066,48)	(20.363,76)	(14.188,58)	(15.039,87)	(14.898,01)	(15.642,91)	(16.425,05)
9722.01.01	Ded. Cota-parte ICMS p/ FUNDEF	(973.982,55)	(1.054.438,27)	(1.141.363,92)	(1.496.106,86)	(1.505.178,00)	(1.570.912,20)	(1.649.457,81)	(1.731.930,70)
	<b>TOTAL GERAL</b>	13.941.959,49	17.619.943,94	19.560.037,53	22.995.377,32	23.323.668,54	24.805.644,83	26.197.371,13	27.695.298,52
2000.00.00	<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	600.224,55	1.799.073,54	350.000,00	1.310.171,77	3.176.331,46	1.455.828,39	1.528.619,81	1.605.050,80
2100.00.00	<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	1.420.123,54	-	-	-	-	-	-
2110.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	1.420.123,54	-	-	-	-	-	-
2200.00.00	<b>ALIENAÇÃO DE BENS</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
2210.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	-	-	-	-	-	-	-	-
2220.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	-	-	-	-	-	-	-	-
2400.00.00	<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>	600.224,55	378.950,00	350.000,00	1.310.171,77	3.100.000,00	1.375.680,36	1.444.464,38	1.516.687,60
2470.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	600.224,55	378.950,00	350.000,00	1.310.171,77	3.100.000,00	1.375.680,36	1.444.464,38	1.516.687,60
2471.00.00	Transferências de Convênios da União e suas Entid	171.991,35	-	200.000,00	1.160.171,77	1.700.000,00	1.218.180,36	1.279.089,38	1.343.043,85
2472.00.00	Transferências de Convênios dos Estados, DF e suas E	428.233,20	378.950,00	150.000,00	150.000,00	1.400.000,00	157.500,00	165.375,00	173.643,75
2500.00.00	<b>OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	76.331,46	80.148,03	84.155,43	88.363,21
2590.00.00	OUTRAS RECEITAS	-	-	-	-	76.331,46	80.148,03	84.155,43	88.363,21
	<b>TOTAL GERAL</b>	14.542.184,04	19.419.017,48	19.910.037,53	24.305.549,09	26.500.000,00	26.261.473,23	27.725.990,94	29.300.349,32

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO - ESTADO DA BAHIA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
**EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2008**

LRf, art. 4º & 2º, inciso V

R\$

EVENTO	VALOR PREVISTO - 2007
Aumento Permanente da Receita	
(-) Transferências Constitucionais	O Município não possui expectativa de margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter
(-) Transferências ao FUNDEF	continuado
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita ( I )	
Redução Permanente de Despesa ( II )	
Margem Bruta ( III ) = ( I+II )	
Saldo Utilizado da Margem Bruta ( IV )	
<b>Margem Líquida de Expansão de DOCC ( III - IV )</b>	

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO - ESTADO DA BAHIA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**  
**EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2008**

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V R\$ milhares

SETORES/PROGRAMAS/ /BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
	Tributo/Contribuição	<Ano Ref.>	<Ano+1>	
O Município não possui renúncia de receita de natureza fiscal				
<b>TOTAL</b>				-

FONTE:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO - ESTADO DA BAHIA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2008**

LRF, art. 4º & 2º, inciso III

PATRIMONIO LÍQUIDO	ANO-2006	%	ANO-2005	%	ANO-2004	%
<b>Patrimônio/Capital</b>	9.690.123,34	33,00	7.265.063,75	1,00	7.202.844,14	
<b>Reservas</b>	-		-		-	
<b>Resultado Acumulado</b>	-		-		-	
<b>TOTAL</b>	9.690.123,34	33,00	7.265.063,75	1,00	7.202.844,14	

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO - ESTADO DA BAHIA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**  
**EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2008**

LRF, art. 4º & 2º, inciso II			R\$		
ESPECIFICAÇÃO	METAS PREVISTAS 2006 (a)		METAS REALIZADAS 2006 (b)	VARIÇÃO	
				VALOR (c)=(b-a)	% (c/a)x100
<b>Receita Total</b>	18.926.011,25		24.305.549,09	(5.379.537,84)	(28,42)
<b>( - ) Receita não Financeira</b>	64.057,45		163.370,11	(99.312,66)	(155,04)
<b>Receitas Primárias ( I )</b>	18.861.953,80		24.142.178,98		
<b>Despesa Total</b>	18.926.011,25		22.812.038,06	(3.886.026,81)	(20,53)
<b>( - ) Despesa não Financeira</b>	146.719,83		233.272,25	(86.552,42)	(58,99)
<b>Despesa Primáriasl ( II )</b>	18.779.291,42		22.578.765,81		
<b>Resultado Primário ( I - II )</b>	82.662,38		1.563.413,17	(1.480.750,79)	(1.791,32)
<b>Resultado Nominal</b>	(1.831.945,36)		(1.612.732,01)	(219.213,35)	11,97
<b>Dívida Pública Consolidada</b>	2.798.632,73		5.393.635,28	(2.595.002,55)	(92,72)
<b>Divida Consolidada Liquida</b>	2.212.733,85		2.431.944,20	(219.210,35)	(9,91)

